

Página 3: "O que possibilitou o aparcamento das estradas de terra foi a descoberta do tróleu".

Página 68: "O caminho de mão é usado para transporte de terra no sentido transversal. Pode também ser usado no transporte longitudinal, porém, só para pequenas distâncias".

Página 69: "A rocinha é o veículo de transporte de terra traçado por um único animal". (E têm-se dois desenhos bem ruizinhos, "rocinha com tampa" e "rocinha sem tampa").

Em continuação na mesma página: "A rocinha pode ser usada com ou sem tampa na sua parte trazeira". (com "Z"). "No primeiro caso a capacidade de transporte é maior; no segundo caso a carga está condicionada ao atrito interno do material".

Tudo isso é oferecido à inteligência de estudantes que estão cursando o 5.º ano de uma escola superior!

O illustre (e caricático) não conhece os "asciendos"? E conhece permite a sua venda aos alunos?

O trabalho em esta informação: "Impresso no Departamento de Livros do Gremio Politécnico". E traz a indicação do nome do "atredático". Se este não o conhece, revela desinteresse pelo que se faz em seu nome; se o conhece e autorizou a publicação, é muito maior no caso, a sua responsabilidade com o professor.

Humorismo de Vão Gôgo é uma coisa. Um fascículo para o estudo de alunos do 5.º ano de uma Universidade parece que é outra.

São os termos da justificativa.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Mário Telles. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Bento Dias Gonzaga. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Tereza Delta.

A SRA. TEREZA DELTA — (Sem revisão do orador.) — Sra. Presidente, Srs. deputados, venho à tribuna fazer um arelo a S. Exa. o Sr. Secretário da Fazenda.

Ainda há alguns dias, tive o prazer de entregar em mãos de S. Exa. um despacho do Sr. Governador do Estado no qual S. Exa. pedia ao Sr. Secretário da Fazenda que levasse o assunto a despacho, depois de estudada a situação da doação da milha verba em benefício do Instituto de Meninos de São Judas Tadeu.

Sra. Presidente, se S. Exa. o Sr. Secretário da Fazenda não ajudar no momento esta instituição que luta pela educação de quinhentas crianças órfãs, desamparadas, quando S. Exa. quiser resolver por bem o problema entregando este dinheiro, a importância de cinco milhões e quatrocentos mil cruzeiros não irá significar nada, porque o tijolo aumenta de preço, a telha aumenta de preço, enfim, aumenta todo o material de construção.

Esta é a razão pela qual venho a esta tribuna fazer um apelo ao Sr. Secretário da Fazenda, a quem tenho, na minha modestia em alto grau de consideração, como homem dinâmico, homem que pode, no momento resolver a situação do Instituto dos Meninos de São Judas Tadeu.

Quero, também, dizer que não é dinheiro para fazer política, não é dinheiro que irá sair do Governo para clubes de futebol e nem para substituições de divertimentos públicos. É dinheiro que vai sair para assistência social, isto é, dinheiro que vai ajudar o próprio Governo de São Paulo a amparar as crianças desamparadas.

Era o que tinha a dizer, Sra. Presidente.

O SR. JOSÉ FELÍCIO CASTELANO (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente, Srs. deputados, o primeiro discurso pronunciado nesta Casa com relação ao grande movimento reivindicatório dos ferroviários da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, há dois anos, foi de nossa lavra. Naquele tempo, avisamos às autoridades legais e aos dirigentes da empresa que o movimento seria vitorioso e que a greve eclodiria, caso os ferroviários não fossem atendidos nas suas justas reivindicações.

Tudo aconteceu conforme prevíamos e tivemos a primeira grande greve naquela ferrovia, depois de muitos anos de calmaria. Daí para cá, os fatos tiveram prosseguimento e os trabalhadores, sempre pressionados pela constante e voraz alta do custo de vida, foram obrigados a novamente repetir a reivindicação, tal a situação de necessidade em que se encontravam. Novamente foi vitoriosa a campanha pela justiça que encerrava.

Agora, voltam os ferroviários a cuidar da equiparação dos seus salários aos dos ferroviários da Sorocabana. O lema "engate igual, salário igual" deve prevalecer, pois a luta dos ferroviários da Cia. Paulista vem de longa data e encerra igualdade justa que deverá concretizar-se em breve.

Estamos perfeitamente de acordo com a reivindicação, pois sempre defendemos a igualdade de salários para trabalho igual; sempre defendemos e lutamos pela concretização da aspiração máxima dos trabalhadores da Paulista.

A chama que anima os ferroviários está alicerçada nos mais altos princípios da igualdade que o nosso regime político deve preservar e defender. Como há dois anos, ocupamos esta tribuna para dar nosso apoio e integral solidariedade aos ferroviários e desejarmos o maior sucesso possível na Assembleia Monstro do dia 16, na cidade de Rio Claro. Temos a certeza de que Rio Claro receberá milhares de trabalhadores, que demonstrarão, mais uma vez, a sua pujança e união.

Alertamos aos dirigentes da empresa empregadora para a justa reivindicação e apelamos para que atendam-na. Somente poderemos ter a tranquilidade na família ferroviária quando tranquilidade e paz houver nos lares onde não devem faltar os gêneros necessários para a manutenção das famílias, nas suas mínimas necessidades.

Com a Companhia Paulista está a palavra!

Sra. Presidente e Srs. deputados, falamos na defesa dos interesses dos ferroviários da Cia. Paulista de Estradas de Ferro e não poderíamos deixar de falar, com a mesma eloquência e enfase, no problema que aflije os aposentados da mesma empresa.

Se grave é o problema dos ferroviários, gravíssimo é o caso dos aposentados.

Homens que ontem deram o melhor do seu esforço para construir essa grandiosa empresa, orgulho das ferrovias do País; homens que fizeram respeitada a Cia. Paulista; homens que deram a sua saúde, a sua mocidade e vigor, através do trabalho diário, para manter a poderosa empresa; homens que na juventude cumpriram o seu dever com dignidade e honradez, hoje são relegados à vala comum dos necessitados, dos desamparados e párias da previdência social. A injusta revolta ao mais frio cidadão, indigna aqueles que são cristãos e não podem concordar com esse estado de coisas.

Os aposentados e pensionistas do IAPFES precisam merecer a atenção do Governo da República, urgentemente. A situação é de calamidade, e de fome.

Desta tribuna, alertamos o honrado Ministro do Trabalho e o Presidente da República, no sentido de que, face aos últimos decretos governamentais, que modificaram a política cambial do País, voltem as suas vistas para a classe dos aposentados e pensionistas.

O problema é urgentíssimo!

Conhecemos casos de fome, de aposentados que vivem amparados e auxiliados pela caridade de colegas e da população. Conhecemos aposentados e pensionistas que vivem em estado de verdadeira indigência, de causar pena.

Não podemos assistir impassíveis ao desenrolar desses fatos sem um protesto veemente contra o atual estado de coisas, fazendo também um apelo vigoroso às autoridades federais para que resolvam a situação dos aposentados.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Avalone Júnior.

O SR. AVALONE JÚNIOR — (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente e Srs. deputados, Bauru caminha inexoravelmente para a industrialização, devendo ser parque ponderável em dias próximos. Suas indústrias de porte, tais como a Sanbra, Antártica, Matarazzo e outras, mais, abrigam dezenas de milhares de servidores, e suas chamadas fumegantes têm esse cunho de vida ativa e operosa que tornaram famosas Manchester, Newport e Detroit.

Entretanto, Srs. parlamentares, um setor existe que persiste tenazmente em ignorar sua constante progressista de industrialização, as autoridades previdenciárias.

A Lei da Previdência Social, criada nos tempos já distantes de Getúlio Vargas e louvada como das maiores realizações do estadista, baseada no famoso sistema da Tríplice Cooperação preconizada pelo grande Bismarck, infelizmente transformou-se, em nossa terra, num meio propício para as famosas "cabidias" de emprego. Desde logo a burocracia assechoreou-se dos institutos e o engraxismo campeonizou livremente. Tais males vêm sendo paulatinamente sanados e maior proficiência esperamos agora, com a renovação política que guindou o Dr. Jânio Quadros à Suprema Magistratura.

Em Bauru existe agência do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, com um posto de assistência que, desde dezembro do ano findo, está em condições para atender seus inúmeros associados. No entanto, seis meses já decorridos e não foram nomeados e credenciados funcionários para o posto. São absolutamente necessários três médicos duas enfermeiras, um atendente e um servente. Em meio à enxurrada de nomeações feitas até dezembro de 1960, a Previdência foi esquecida em Bauru. Quem sabe por falta de padrinhos poderosos ou talvez porque os afilhados pretenssem a Capital...

Contra essa situação é que registamos nosso protesto. Bauru não pode ser ignorada e os inúmeros associados do IAPI têm direitos inalienáveis, garantidos por lei. Por que contribuições compulsórias sem nenhum benefício em troca, a nosso ver, não é lei e espoliação, é saque.

Que o Sr. Deputado do IAPI em São Paulo, que certamente ainda não pode tomar conhecimento dessa grave lacuna, assumia com urgência as providências necessárias. É o apelo que aqui fazemos.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Diego Bastos. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Archimedes Lammógia.

O SR. ARCHIMEDES LAMMOGLIA — (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente, Srs. deputados, depois de uma série de observações, solicitações e pedidos de toda a natureza tanto a Secretaria da Educação como ao Sr. Governador, para que expusessem as razões do não funcionamento do prédio do Ginásio Estadual "Prof. Paula Santos", da cidade de Salto, recebemos afinal do Departamento de Educação, uma carta que dá resposta às nossas indagações, respostas estas que, aliás, não nos convenceram muito. E isto porque a imprensa local publicou a notícia de que, por manifestação do Prefeito Municipal, o Departamento de Obras Públicas do Estado é que está com a responsabilidade da construção do prédio do Ginásio, reivindicação que, há dois anos, vem sendo feita pela população da cidade de Salto.

Para o funcionamento do referido ginásio foram dados 247 dias de prazo; depois, vencido esse período de tempo, inexplicavelmente continua o prédio sem utilização. Essa solicitação fizera, segundo informara, a pedido da empresa construtora para regularizar uma situação que nos parece não existir, pois o prazo fixado para a entrega do prédio nada tinha a ver com a empresa.

O que existia com a Construtora Piratininga, que iniciou a obra, desaparecera com o novo contrato.

Os adiantamentos da entrega do prédio de que temos conhecimento foram perfeitamente compreensíveis e razoáveis, face às chuvas torrenciais desabadas na cidade, que muito prejudicaram os trabalhos. No entanto, não podemos conceber que a esta altura não esteja o ginásio funcionando no seu prédio. Não são mais admissíveis protelações.

Insistimos, também, junto ao Sr. Governador do Estado, junto ao Departamento de Educação, a todas as autoridades, para que o prédio do Grupo Escolar "Tancredo do Amaral" tenha o seu funcionamento regularizado, pois a falta de providências neste sentido tem acarretado enormes prejuízos ao ensino primário. Finalmente vem agora a explicação de que é por falta de água nas instalações sanitárias, e mesmo pela falta de uma caixa para depósito do precioso líquido que não tem eficiente funcionamento aquele estabelecimento de ensino. Vamos aceitar a desculpa e apelar mais uma vez aos poderes competentes para que não deixem passar mais um mês sem tomar as providências necessárias, pelas quais estamos esperando há 12 anos.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Farabullini Júnior. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Germinal Feijó. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Semi Jorge Resegue. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Scalamarandé Sobrinho. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Osvaldo Santos Ferreira.

O SR. OSVALDO SANTOS FERREIRA — (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente e Srs. deputados, os servidores do Hospital Sanatório Regional de Tuberculosos, de Araraquara, na sua maioria constituídos de enfermeiras, atendentes, contínuos e serventes, residem na cidade, distante 8 quilômetros do nosocômio.

Antes mesmo da implantação do novo regime cambial, já a empresa concessionária da linha havia aumentado o preço das passagens mensais dos funcionários de Cr\$ 700,00 para Cr\$ 1.900,00, a partir de 1.º de março último. Entretanto, agora, com o novo e considerável aumento do preço do combustível, determinado pela vigência da Instrução 204, é de se esperar que esses preços sejam novamente majorados, criando-se assim uma situação insustentável para aqueles dedicados servidores do Estado, que terão os seus parcos vencimentos gravados por mais essa sobrecarga inevitável de ônus.

Justifica-se, portanto, a intervenção do Estado para suavizar a situação desses funcionários, estudando e pondo em prática, sem mais tardanças, uma das medidas propostas na presente indicação:

(Lê) "Indico ao Poder Executivo, através da Secretaria da Saúde, a conveniência de serem procedidos estudos no sentido da concessão de auxílio ou subvenção à empresa de ônibus que serve o Hospital Sanatório Regional de Tuberculosos, de Araraquara, ou ainda o estabelecimento de um acordo entre o governo e a referida empresa, tendente a amenizar a difícil situação que atravessam os funcionários daquele nosocômio em virtude do aumento do preço do transporte da cidade de Araraquara, onde residem, ao mencionado hospital".

Era o que tinha a dizer, Sra. Presidente.

O SR. JETHERO DE FARIA CARDOSO (Para reclamação) — Sra. Presidente e Srs. deputados, ocorre, no instante, acontecimento da mais alta importância para a vida universitária em nosso Estado e que diz respeito a Universidade de São Paulo, em a eclosão da greve dos estudantes da escola Politécnica. Visando apurar, aperfeiçoar o ensino de Tráfego, o ensino da cadeia de Transportes, colocando assim os estudantes, na ordem do dia, um dos mais sérios problemas do ensino superior do país.

Se nos atermos a examinar em profundidade a greve dos estudantes da Escola Politécnica sem nenhuma preocupação de caráter pessoal, sujeitando-nos a uma análise do progresso da nossa Universidade face ao desenvolvimento industrial do país, principalmente do nosso Estado que marcha em ritmo acelerado, concluímos que há um atrasamento de algumas décadas, principalmente no setor técnico, no setor da formação de engenheiros, em alguns ramos fundamentais da engenharia, um defasamento — dizia eu — de algumas décadas entre as necessidades do parque industrial, do desenvolvimento do nosso Estado e a forma de transmissão do ensino aos jovens que cursam as nossas universidades.

A Escola Politécnica é uma escola de renome internacional. Grandes vultos passaram por aquela casa de ensino, tanto no corpo docente como no corpo discente. Se lembrarmos alguns anos atrás, podemos lembrar Roberto Mangé, a figura de Paula Souza que trouxe da Europa os ensinamentos teóricos que, na época, se fazia necessário introduzir em nossas escolas de engenharia. Nomes acatados no ensino de outros países ministraram e continuam, quando necessário, ministrando ensino especializado na Escola Politécnica.

Porém, na setores básicos naquela casa que nos quais o desafamento trouxe mesmo uma situação de conflito, uma situação de atrito. De modo geral, o ensino técnico, a formação de engenheiros, implica muito mais na capacidade de mestre em interligar a teoria com a prática, desenvolvido no estudante não só o senso natural pelas coisas da ciência, mas também desenvolvendo nele as aptidões para adaptação a realidade social, abordando problemas técnicos que, em cada momento histórico, lhes são postos para solução.

E nós verificamos que nesta parte, em alguns setores daquela escola, não existe a formação social do aluno, não existe a estreita e indispensável correlação entre a teoria e a prática, entre o pensamento e a ação.

Assim, nós verificamos no setor do ensino de Tráfego: de um lado um dos professores praticando verdadeiras exacerbações teóricas, realmente despendendo esforço pessoal em certos ramos de pesquisa teórica, mas totalmente afastado da realidade objetiva, conflitando com o senso natural que o jovem traz na sua formação normal.

Por outro lado — perguntamos — em nosso meio técnico, elementos para interligação, para o estabelecimento da reciprocidade que existe entre a teoria e a prática — tema tão debatido em outras universidades do mundo inteiro como dos mais delicados no ensino, gerando mesmo escolas filosóficas diferentes na conceitualização do que seja interdependência entre a teoria e a prática, a interdependência entre esses dois setores básicos do pensamento humano? Não falta, Sra. Presidente e Srs. deputados!

A poucos quilômetros desta Casa encontramos, por exemplo, a Via Anchieta. A Via Anchieta, no setor de pavimentação, se os mestres do setor de Transporte possuísem aproveitar os ensinamentos que essa estrada e em geral que a rede rodoviária e ferroviária trouxeram ao nosso setor de engenharia, se tivessem levado aqueles estudantes da Escola Politécnica para o "contato com as dificuldades práticas e teóricas, ligando a teoria da ação banhamoniana com a objetividade de nossos problemas, com o ato técnico e com a prática, então dessa interdependência entre o pensamento e a ação os alunos daquele setor teriam aprendido em um mês o que não aprendem em 2, 3 ou 4 anos apenas com as aulas do quadro negro. Não se trata, Srs. deputados, de uma tendência de formar mestres de obras ao invés de formar engenheiros. Mas a realidade é que o engenheiro após o curso na Escola Politécnica ou em outra faculdade consegue, se ve, de imediato, com os problemas mais sérios da estabilidade, da economia, da ação, da dinâmica social e assim sucessivamente, não podendo, portanto, enfrentá-los, se desarmados de bom senso e objetividade.

Vou deixar para outra oportunidade, quando dispuser de mais tempo, para fazer uma análise desta matéria, outro aspecto, a cadeia, isto é, o da incapacidade pessoal ao ensino, pois o que me traz nesta questão de ordem que levo, Sra. Presidente, é o fato de que essa greve, pela sua qualidade, impõe ao nosso Parlamento que se faça de intermediário na solução daquela crise como tem ocorrido em casos semelhantes, com benéficos resultados. Assim, prometendo voltar à tribuna para uma análise mais aprofundada e particular do caso em tela.